

1^o CONGRESSO SINTPq CUT

SINDICATO DOS TRABALHADORES
EM PESQUISA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SP

Por uma ciência e tecnologia popular,
em defesa da soberania nacional

Dias 8 e 9/nov
Hotel Nacional Inn
Campinas

CARTA DO 1º CONGRESSO DO SINTPq



POR UMA CIÊNCIA E TECNOLOGIA POPULAR, EM DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL

1. O 1º Congresso do SINTPq ocorre em um momento importante: o capitalismo está em uma crise estrutural profunda, marcada pela convergência de múltiplos colapsos — econômico, político, social e ambiental —, que se intensificou com a crise de

2007/2008 e, mais recentemente, com a recessão e a emergência sanitária entre 2019 e 2021.

2. Diante desse quadro, o capitalismo reage com sua tradicional cartilha de violência e opressão. Isso se manifesta tanto no surgimento e crescimento global de forças políticas de extrema direita — como Trump (EUA), Le Pen (França), AfD (Alemanha), Netanyahu (Israel), Milei (Argentina), Sanae Takaichi (Japão) e Bolsonaro (Brasil) —, formando uma verdadeira internacional neofascista.

3. O imperialismo estadunidense encontrou nas gigantes tecnológicas um instrumento poderoso para ampliar seu domínio, combinando controle da informação com estratégias de desestabilização política. Empresas como Google, Meta, X (antigo Twitter) e Microsoft funcionam como incubadoras de ideologias reacionárias, financiando e difundindo o ódio como ferramenta de controle social e estão profundamente vinculadas ao complexo industrial-militar dos EUA, agindo como plataformas de guerra híbrida — manipulando eleições, promovendo golpes modernos e servindo como base tecnológica para o avanço neofascista.
4. A acumulação por espoliação digital surge como a nova face do imperialismo contemporâneo, submetendo países periféricos a uma extração sistemática de informações, algoritmos e padrões de comportamento. Esse processo, comandado por grandes corporações de tecnologia, aprofunda a dependência tecnológica e política das nações, tornando invisíveis os mecanismos de controle e minando a soberania nacional. Diante desse cenário, defender uma ciência e tecnologia popular significa romper com a lógica da subordinação digital, garantindo o direito coletivo ao controle de infraestruturas, bancos de dados e ao destino do conhecimento científico.
5. Os EUA adotam medidas que parecem contraditórias: rompem acordos comerciais que eles mesmos criaram (como o NAFTA), entram em rota de colisão com aliados europeus e implementam um tarifaço. Essa guinada protecionista, longe de ser sinal de desorientação, revela uma estratégia consciente: sacrificar temporariamente alianças para recompor sua vantagem tecnológica e produtiva.
6. A destruição e o genocídio em Gaza mostra que o imperialismo não tem limites para perseguir seus objetivos.
7. No Brasil, a ascensão da extrema direita em 2018 resultou de uma sequência de golpes e desinformação em escala digital, apoiada por redes de fake news e manipulação algorítmica, demonstrando que a soberania informacional também é campo de disputa política e tecnológica. Esses ataques começaram com o golpe do impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e com Michel Temer assumindo a presidência para executar o pacote de maldades como: PEC 55, que previa o congelamento dos gastos sociais por 20 anos; reforma trabalhista; terceirização irrestrita; reforma do ensino médio, entre outros ataques.
8. A concretização do golpe se deu com a prisão de Lula, em abril de 2018, que ficou 580 dias preso. A perseguição política através do processo construído pela Lava Jato, foi repleta de vícios e irregularidades. Essa prisão foi determinante para consolidar o golpe em curso, retirando Lula das eleições de 2018 e abrindo caminho para a vitória de Bolsonaro.
9. O projeto político eleito em 2018 representou um programa de destruição do Estado nacional e da capacidade científica e tecnológica do país, caracterizando-se pela: subordinação do país aos interesses do capital financeiro; extinção do Ministério do Trabalho; transferência da demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura (controlado pelo agronegócio); pela retirada da menção à população LGBTQIAPN+ das Diretrizes de Direitos Humanos e pela entrega do patrimônio nacional (base de Alcântara, Petrobras, Embraer).

10. Rapidamente, mais de 60 milhões de pessoas ficaram fora do mercado de trabalho, sem proteção social, atingindo duramente os setores mais vulneráveis. O país atingiu alarmantes 13 milhões de desempregados, com mais de 50 milhões vivendo com até R\$ 406,00 e 53 milhões endividados, agravando a crise social e a violência.
11. O avanço do neoliberalismo chega a moldar até mesmo o imaginário social, transformando a própria concepção de futuro em algo condicionado e administrado pelos interesses do capital. Essa dinâmica cria um ambiente em que predomina a ideia de que não há alternativas possíveis, especialmente nas esferas da ciência e da tecnologia — restringindo o horizonte das potencialidades e bloqueando projetos emancipadores. Romper com esta lógica é recolocar a imaginação e o conhecimento a serviço da vida e não do lucro. A ciência popular e soberana é parte dessa tarefa: socializar o saber, democratizar o acesso às tecnologias e romper a dependência cultural e simbólica imposta pelo imperialismo digital.
12. O governo Bolsonaro, durante a pandemia da COVID-19, foi responsável por uma gestão negligente que contribuiu diretamente para a tragédia de mais de 700 mil mortes no país. Sua postura de negacionismo científico, com a constante minimização da gravidade da doença, combinou-se com a oposição ativa a medidas comprovadas como distanciamento social e uso de máscaras. Paralelamente, promoveu medicamentos comprovadamente ineficazes enquanto retardava deliberadamente o processo de vacinação. Essas escolhas políticas deliberadas resultaram no colapso do sistema de saúde e transformaram o Brasil em um dos piores cenários globais da pandemia, evidenciando uma condução criminosa da crise sanitária.
13. Durante a pandemia, o negacionismo científico destruiu a confiança nas instituições de pesquisa e atacou os trabalhadores da ciência. O SINTPq reafirma o compromisso com a promoção de ações firmes e diretas em defesa do SUS. A valorização dos cientistas, técnicos e servidores públicos é condição essencial para garantir uma ciência independente, aberta e comprometida com o povo.
14. O resultado eleitoral de 2022, com a derrota de Bolsonaro, marcou uma vitória importante para os trabalhadores e movimentos sociais. Essa conquista foi ainda mais significativa diante de uma eleição marcada por: uso ostensivo da máquina do Estado; assédio patronal em larga escala e utilização do Orçamento Secreto para viabilizar apoios.
15. O 8 de janeiro, com os ataques aos Três Poderes, foi parte fundamental do plano golpista para criar a instabilidade no país, resultado de uma articulação que incluía acampamentos em frente aos quartéis — organizados e financiados por aliados políticos.
16. O processo golpista em curso no Brasil demonstra que o setor neofascista estava disposto a fechar o regime e acabar com as conquistas democráticas. As provas como a minuta “Punhal Verde-Amarelo”; monitoramento de opositores; plano para assassinar Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes; depoimentos de generais sobre a construção do golpe demonstram o caráter autoritário da extrema direita.
17. Mesmo com as provas e indiciamentos, a extrema direita segue forte, tendo obtido resultados expressivos

nas eleições de 2024. Sua influência nas redes sociais e igrejas (lideradas por aliados) mantém-se forte.

18. O Congresso Nacional, controlado pelo Centrão, domina a política nacional, chantageando o governo e controlando quase um quarto (24,57%) do orçamento total de gastos livres — a fatia do Orçamento que pode ser manejada, drenando os recursos do poder executivo para suas políticas sociais distributivas. O Orçamento Secreto, utilizado pela Câmara dos Deputados, é o maior escândalo de corrupção atual: sem transparência, os deputados negociam emendas sem fiscalização, desviando recursos de investimentos estruturais e áreas sociais.

19. A taxa de juros de 15%, definida pelo COPOM (Comitê de Política Monetária) e praticada pelo BC (Banco Central), reflete a posição do CMN (Conselho Monetário Nacional) em manter uma meta de inflação de 3% (com intervalo de tolerância de 1,5% para cima ou para baixo): patamar que não é alcançado de maneira consistente desde 2020 e cuja expectativa não se justifica. Composto em 2/3 por membros do governo (ministros da Fazenda e do Planejamento) e pelo presidente do BC, o CMN deveria ter uma política monetária alinhada com os interesses nacionais! A solução do COPOM é também injustificavelmente superdimensionada, posicionando o Brasil como o país com a segunda maior taxa de juros do mundo, a frente de países que aplicam fortes medidas de austeridade a fim de reduzir índices de inflação muito maiores, como a Argentina. Uma taxa de juros tão alta só beneficia especuladores, que enriquecem com a dívida pública, enquanto reduz investimentos na economia real. E quem sofre é a classe trabalhadora, uma vez que o

ritmo da economia desacelera, o desemprego se eleva e o poder de compra reduz. A independência do Banco Central, defendida pelo mercado financeiro, precisa acabar, porque hoje quem controla o BC é o próprio mercado!

20. O novo ciclo aberto a partir de 2023 deve ser orientado pela construção de uma política nacional de soberania tecnológica, capaz de enfrentar a dependência imposta por plataformas estrangeiras e fortalecer redes públicas de pesquisa e inovação. O SINTPq defende que o investimento em inteligência artificial, automação e tecnologias emergentes deve servir à ampliação de direitos, à sustentabilidade e à democratização do conhecimento, e não à vigilância, ao desemprego tecnológico ou à precarização do trabalho. A ciência e tecnologia só tem chance de ser atuante de forma soberana e popular a partir da revogação do novo teto de gastos.

21. A luta pelo fim da escala 6x1 mobilizou milhões. Essa luta revela as contradições que destroem a saúde física e mental dos trabalhadores. Dessa forma, também colocou a extrema direita na defensiva, porque não puderam subverter a realidade e construir falsas narrativas ou fake news que tivessem apelo social e pudessem ser contra o fim da escala 6x1

22. O plebiscito popular, organizado por frentes de esquerda, foi fundamental para dialogar com milhões de trabalhadores e lutar por: Redução da jornada de trabalho sem redução de salários; Fim da escala 6x1; Isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil; Taxação dos super-ricos.

23. A vitória da isenção do IR proposta pelo governo Lula só foi possível porque houve luta e pressão ao Congres-

so, mostrando que esse é o caminho para avançar em novas conquistas.

- 24.** A taxação de 50% imposta pelos EUA ao Brasil, que é apoiada pela extrema direita, desmascara o falso patriotismo e mostra quem realmente defende o Brasil, com um posicionamento firme do presidente Lula em defesa da soberania nacional.
- 25.** Para que o desenvolvimento na era da inteligência artificial sirva de instrumento de emancipação, é fundamental implementar políticas públicas focadas em autonomia tecnológica: uso de software livre, ciência aberta, acesso democrático aos dados públicos, desenvolvimento de pesquisas vinculadas ao interesse social, formação crítica de cientistas e letramento digital para todos. Somente a articulação entre universidades, institutos públicos de pesquisa e movimentos populares poderá construir uma tecnociência alinhada aos interesses do povo, capaz de fortalecer a resistência frente ao controle exercido pelo capital internacional.
- 26.** As eleições de 2026 estão próximas e é outro desafio fundamental para nossa classe. Não podemos deixar a extrema direita/neofascismo e os neoliberais retornarem ao governo.

Por isso, nosso sindicato e todos os setores progressistas precisam estar unificados para eleger candidatos progressistas para o senado, congresso e presidência da república nas próximas eleições. Para além do projeto eleitoral, nossa unidade deve erguer um projeto nacional de ciência e tecnologia popular — pautado pela soberania, pela diversidade e pela liberdade de pensamento.

- 27.** Vamos seguir lutando para avançar em direitos trabalhistas e sociais, conforme nosso plano de lutas: Lutaremos pela soberania integral — política, econômica, científica e tecnológica —, rompendo com a dependência financeira e digital e defenderemos um estado forte contra as privatizações e contra a dependência do banco central; defenderemos uma política de ciência e tecnologia voltada ao povo brasileiro, à inclusão social e ao enfrentamento da dominação imperialista em suas novas formas tecnológicas; fortaleceremos a solidariedade da classe trabalhadora; Seremos contra toda forma de opressão e genocídio.
- 28.** Por uma tecnociência solidária a serviço do povo, pela soberania digital e pela emancipação da classe trabalhadora!

**VIVA A CLASSE
TRABALHADORA!
VIVA O SINTPQ!**

Plano de lutas SINTPq

2025/2028



1. O primeiro congresso do SINTPq - Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia - SP realizado em 08 e 09 de novembro de 2025 aprova o Plano de Lutas para o próximo período do SINTPq, fruto dos debates ocorridos na atual diretoria do sindicato e neste congresso. O Plano de Lutas tem como objetivo:
2. Debater com as trabalhadoras e os trabalhadores e avançar na ação coletiva como o principal meio de organização política. A organização coletiva fortalece a luta da classe trabalhadora em busca de uma sociedade igualitária, justa e livre das opressões e preconceitos.
3. Engajar nas lutas de resistência, contra a retiradas de direitos civis e trabalhistas, na solidariedade entre a classe trabalhadora do campo e da cidade, no companheirismo das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras das empresas da base.
4. Integrar o sindicato nas mais diversas lutas da sociedade. Fortalecer a organização sindical nas lutas da

saúde em defesa do SUS, de combate ao racismo, contra o machismo e a misoginia, contra a LGBTQIAPN+-fobia, pautando a necessidade de reconhecimento das empresas sobre os direitos das pessoas que vivem relações homoafetivas, por direitos de inclusão e real integração das Pessoas com Deficiência (PCD), por uma alimentação saudável e produção sustentável dos alimentos, pela reforma agrária, pela soberania nacional, em defesa da educação pública de qualidade e emancipadora, defesa do controle estatal de setores estratégicos, lutar pela reestatização da Eletrobras entre outras pautas preconizadas no estatuto do sindicato.

5. Aprofundar na prática os assuntos com ações efetivas realizadas pelo sindicato bem como mapear o público da categoria, com participação ativa em marchas, manifestações e movimentos.
6. Trabalhar para atender as demandas da categoria a qual representa. Trabalhando sempre para unificar, sem excluir, as reivindicações dos trabalhadores em especial as que tratam de salário, jornada de trabalho e saúde do trabalhador e da trabalhadora.
7. Formar e fortalecer quadros políticos nas empresas da base, cuja visão se alinhe à luta incondicional pela ampliação dos direitos trabalhistas e civis, às reformas estruturais do Estado, à justiça social, à conservação do meio ambiente, ao secularismo e laicidade, renúncia aos preconceitos contra grupos vulneráveis e/ou oprimidos e ao fortalecimento do SINTPq para enfrentar os desafios das inovações tecnológicas, fascismo, obscurantismo e demais adversidades que teremos pela frente.
8. Fomentar a participação ativamente

do debate político, priorizando, porém não se restringindo às próximas eleições presidenciais. O engajamento do SINTPq será fundamental para ajudar a eleger representantes dos trabalhadores para o Senado, Câmara dos Deputados e eleger um presidente da República que defenda a pauta da classe trabalhadora, a soberania nacional e as políticas de Ciência e Tecnologia populares.

9. Fortalecer a luta é ampliar a formação política da categoria, a conscientização de classe e ter ações de comunicação que ampliem a luta, e neste sentido defendemos:
10. Lutar pela redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais ou escala 4x3, sem redução de salários e pelo fim da escala 6x1;
11. Organizar um calendário anual de ações que possam ser de conhecimento de toda a categoria e trabalhar pelo engajamento dos trabalhadores;
12. Lutar pela Renda mínima, garantia de emprego e redistribuição de riquezas para justiça social;
13. Lutar por Justiça tributária com aumento de impostos sobre quem ganha mais de 33 salários mínimos por mês, e sobre os rentistas e grandes fortunas;
14. Fortalecer o trabalho formal, pelo fim das terceirizações e pejotização;
15. Fortalecer a luta sindical justa e inclusiva, sem deixar de combater a burocratização dos sindicatos;
16. Ter um canal que consiga tratar as comunicações internas ao SINTPq e externa à categoria e à sociedade;

17. Ter canais de debates nos diversos temas desenvolvidos pelo sindicato;
18. Ter canais que trabalhem e divulguem as ações sindicais diretas nas empresas;
19. Fortalecer o conteúdo sindical nas redes sociais, com vistas à disputa contra as narrativas neoliberal e fascista, construir e incrementar as ferramentas de comunicação que amplie nosso alcance;
20. Ampliar e consolidar os espaços do SINTPq dentro das empresas, como nas SIPAT (Semana Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho), CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio), CAs (Conselhos Administrativos), e outros espaços conquistados nos ACT (Acordo Coletivo de Trabalho);
21. Apoiar ações culturais que promovam a formação da classe trabalhadora, promovendo ações artístico culturais e de cidadania;
22. Organizar mesas de diálogos para discutir temas de interesse da categoria, convidando palestrantes e especialistas para aprofundar os debates, retomando as atividades nos mesmos moldes dos eventos “café SINTPq”.
23. Debater pautas da conjuntura nacional e internacional para ajudar a fazer a formação política dos trabalhadores.
24. Participar e ser solidário aos movimentos das outras categorias e de movimentos sociais e dos principais debates na sociedade acerca da temática dos trabalhadores, incentivando e participando das discussões, assembleias, greves e piquetes;
25. Ampliar e apoiar a liberação de novos diretores para maior alcance e eficiência do trabalho sindical;
26. Ocupar os espaços de debates na Central Sindical, Federação e Confederação para formulação de políticas da classe trabalhadora;
27. Defender a Saúde do Trabalhador e da trabalhadora, em especial a saúde mental, nas políticas do SINTPq;
28. Promover debates e estar presente na luta pelos direitos de mães e pais de crianças atípicas e neurodivergentes, incluindo redução de jornada e ampliação de benefícios e auxílios. E lutar para que as empresas cumpram a legislação existente;
29. Combate ao apagamento do sindicalismo, promover aproximação com a base para entender melhor as especificidades, necessidades e anseios dos trabalhadores de cada empresa;
30. Lutar pela revogação do arcabouço fiscal e outras políticas neoliberais como: independência do Banco Central, reforma administrativa, teto de gastos;
31. Organizar o Congresso do SINTPq a cada três anos e a realização de encontros de base a cada ano.
32. Promover as estruturas adequadas para a consecução do Plano de Lutas. Nossas ações terão como princípios a independência financeira para podermos ter total autonomia política.
33. Planejar e executar Campanhas de filiação, organizando a estrutura jurídica, administrativa e nosso rol de benefícios para darmos agilidade às ações sindicais e a fidelização dos nossos associados. Aumentar o número de filiados e nossa representatividade será essencial para avan-

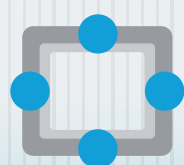
çarmos na luta.

- 34.** Incentivar e apoiar para que os nossos associados sejam eleitos cipeiros e cipeiras afirmando a importância na execução do nosso plano de lutas para o tema saúde do trabalhador e da trabalhadora, esta ação poderá nos dar representantes nos locais de trabalho com estabilidade no emprego. Atuar na prevenção do adoecimento mental e no ambiente e processos de trabalho. Pensar em novas parcerias e estabelecer convênios com instituições focadas na saúde como a Fundacentro que já é uma ICT.
- 35.** Defender a democracia participativa e colocar no centro dos debates do sindicato. A participação e ampliação em fóruns sociais, conselhos municipais, estaduais e nacional deve ser reforçado, profissionalizando as ações e formando dirigentes com capacidades de levar conhecimento e propostas políticas para o debate público atuando junto com os movimentos sociais, ocupando espaços de fala.
- 36.** Estar à frente dos debates e das ações em defesa de uma ciência e tecnologia pública, popular e soberana, promovendo o envolvimento ativo da categoria em todas as discussões que impactam o desenvolvimento nacional. Isso implica criar e fortalecer espaços coletivos, como fóruns temáticos, rodas de conversa, seminários e grupos de trabalho dedicados aos temas mais relevantes — entre eles, políticas de inovação, inteligência artificial, energia nuclear, proteção de dados inclusive em relação às corporações, energia limpa, tecnologias sociais e demais tecnologias de caráter disruptivo. Promover ações de popularização da ciência e letramento em cultura digital.
- 37.** Defender que a produção científica não pode estar subordinada aos interesses do capital, e sim orientada pelas necessidades do povo brasileiro, com transparência, autonomia e controle social. A luta por soberania científica passa pela defesa, valorização e autonomia dos institutos públicos de pesquisa, garantia de financiamento estatal, promoção da ciência aberta e incentivo à formação crítica, democrática e interdisciplinar dos trabalhadores do setor.
- 38.** Promover rodas de conversa para debater e lutar contra as privatizações como a Eletrobras. Debater ações do governo nas empresas públicas de setores estratégicos.
- 39.** Ampliar a participação dos trabalhadores e trabalhadoras em decisões estratégicas, fomentando debates que incluam desde os riscos da dependência tecnológica internacional até alternativas sustentáveis de desenvolvimento nacional, como o uso de software livre, a democratização do acesso aos dados públicos e o fortalecimento das comunidades científicas. Só assim poderemos garantir políticas de ciência e tecnologia que respondam ao interesse público e à construção de um Brasil soberano, inovador e socialmente justo.
- 40.** Assegurar a Sustentabilidade Econômica Financeira do sindicato por meio da adoção de uma política rigorosa de gestão preventiva, contemplando planejamento orçamentário anual, controle transparente e sistemático das receitas e despesas, constituição de fundos de reserva (inclusive fundos de greve), diversificando as fontes de recursos.
- 41.** Priorizar que o debate sobre inteligência artificial inclua uma reflexão crítica sobre seus impactos sociais, ambientais e trabalhistas. A insta-

lação de data centers em território nacional traz consigo elevado consumo de água e energia, o que reforça a necessidade de políticas de soberania tecnológica e ambiental sobre as infraestruturas digitais. É preciso também enfrentar o tecnoestresse e o aumento da carga de trabalho decorrentes da incorporação acrítica de sistemas automatizados, bem como combater o uso de ferramentas de People Analytics sem transparência, que têm servido para decisões arbitrárias sobre contratações e demissões. Apoiamo-nos em iniciativas de regulação, como o PL 2338/2023, mas defendemos que o Brasil vá além do modelo europeu e elabore um plano popular de soberania nacional sobre a inteligência artificial. Essa soberania deve incluir mecanismos de supervisão humana e de controle ético dos algoritmos, para eliminar vieses racistas, machistas, LGBTQIAPN+fóbicos e xenofóbicos. Também é urgente o combate à manipulação social promovida por grandes plataformas, por meio de fake news, deep fakes e uso indevido de dados, e o incentivo ao letramento digital da população, garantindo que o povo compreenda tanto as potencialidades quanto os limites e riscos dessas tecnologias. Por fim, propomos a criação de um Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial no âmbito do sindicato, para aprofundar esse debate, acompanhar o avanço das legislações e construir coletivamente novas resoluções que

fortaleçam a defesa dos direitos trabalhistas na era digital.

- 42.** Debater a proposta da atual gestão do Serpro, que ao pretender uma “nuvem soberana” em parceria com big techs estrangeiras, representa um erro estratégico. Esse modelo, longe de garantir autonomia, aprofundaria a dependência tecnológica e bloquearia qualquer possibilidade real de soberania digital para o Brasil, criando uma situação futura potencialmente irreversível. A verdadeira alternativa, portanto, é uma proposta transformadora e alvissareira, que deve assentar-se em desenvolvimento nacional, código aberto e governança transparente sob leis brasileiras, submetida ao controle socioeconômico nacional e aos poderes públicos do Estado. Somente assim se construirá uma capacidade tecnológica estratégica e autônoma, concretizando a soberania digital e protegendo os dados e as informações da nação.
- 43.** Fortalecer debates apoiando movimentos acerca da transição energética, defendendo fontes renováveis. Pesquisas na área de sustentabilidade ambiental e recursos naturais. Olhar crítico científico e solidário nas áreas que forem impactadas por acidentes e catástrofes ambientais.
- 44.** Unificar as pautas sociais de reivindicações da categoria, para todas as empresas.



SINTPq

**SINDICATO DOS TRABALHADORES
EM PESQUISA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SP**

FILIADO À FITRATELP

EUT



sintpq.org.br



sintpq



sintpq